



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS VIII- PROFESSORA MARIA DA PENHA  
CENTRO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIA E SAÚDE- CCTS.  
CURSO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA**

**GILSON SILVA MUNIZ**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DOS “FALSOS DILEMAS  
AMBIENTAIS” NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PCN’S**

**ARARUNA  
2016**

**GILSON SILVA MUNIZ**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DOS “FALSOS DILEMAS  
AMBIENTAIS” NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PCN’S**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Universidade Estadual da Paraíba, Campus VIII – Professora Maria da Penha, Centro de Ciências, Tecnologia e Saúde – CCTS, como requisito parcial para obtenção do título de Graduação na Licenciatura em Ciências da Natureza.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Alessandra Gomes Brandão.

**ARARUNA  
2016**

M963e Muniz, Gilson Silva

Educação ambiental [manuscrito] : uma análise dos "falsos dilemas ambientais" nos parâmetros curriculares nacionais- PCN'S / Gilson Silva Muniz. - 2016.

28 p. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências da Natureza) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Tecnologia e Saúde, 2016.

"Orientação: Dr<sup>a</sup> Alessandra Gomes Brandão, Departamento de Ciências da Natureza".

1. Educação ambiental 2. Meio ambiente 3. Educação I.  
Título.

21. ed. CDD 577.5

GILSON SILVA MUNZ


EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DOS “FALSOS DILEMAS AMBIENTAIS”  
NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PCN'S

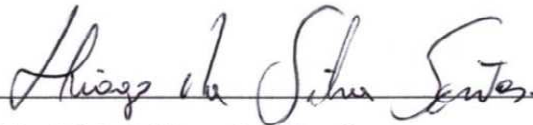
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Universidade Estadual da Paraíba, Campus VIII – Professora Maria da Penha, Centro de Ciências, Tecnologia e Saúde – CCTS, como requisito parcial para obtenção do título de Graduação na Licenciatura em Ciências da Natureza.

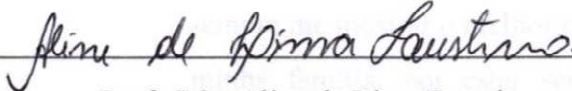
Área de concentração: Educação Ambiental.

Aprovado em: 04/11/2016.

BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Alessandra Gomes Brandão (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Me. Thiago da Silva Santos  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Gda. Aline de Lima Faustino  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Dedico este trabalho a Deus em primeiro plano por Ele sempre me mostrar o melhor caminho da vida a trilhar. À minha família, por estar sempre presente quando eu necessitei. Sem eles não seria possível, e finalmente aos meus amigos e colegas de curso por não me deixar desistir.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus primeiramente, pela força e sabedoria que Ele me conduz.

À minha querida esposa “Socorro”, além de meus filhos “Murilo Pablo” e “Emanuel Hállamo” pela confiança em mim depositada, principalmente pelo apoio afetivo.

À minha família pelo incentivo e em especial a minha irmã “Genilza” que também esteve sempre ao meu lado.

A todos os meus colegas de curso, em especial: “Erlandro, Fabiana e Marcos” por toda gratidão e força de incentivo.

A todos os professores deixo aqui meus agradecimentos, pela forma profissional como conduziram minha formação acadêmica e ainda a todos os funcionários que fazem parte dessa instituição acadêmica (Campus VIII – Araruna-PB).

À minha orientadora, Profa. Dra. Alessandra Gomes Brandão pelo comprometimento, disponibilidade e contribuição em compartilhar seus conhecimentos para produção desse produto acadêmico.

E a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste sonho.

Muito Obrigado!

*“Não há democracia nem educação para a cidadania sem a explicitação de conflitos.”*  
(LOUREIRO, 2004).

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>8</b>
<b>3 CENÁRIO HISTÓRICO, POLÍTICO E SOCIAL DA CRISE AMBIENTAL .....</b>	<b>9</b>
<b>4 OS PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....</b>	<b>11</b>
<b>4.1 A Educação Ambiental Praticada .....</b>	<b>14</b>
<b>4.2 Educação Ambiental Conservadora .....</b>	<b>14</b>
<b>4.3 Educação Ambiental Crítica .....</b>	<b>16</b>
<b>5 OS FALSOS DILEMAS AMBIENTAIS NA ABORDAGEM DOS PCN'S .....</b>	<b>18</b>
<b>5.1 Restrição dos Assuntos a Serem Tratados Dentro da Temática Ambiental .....</b>	<b>18</b>
<b>5.2 Descrédito das Pessoas Envolvidas com o Movimento Ambiental.....</b>	<b>21</b>
<b>5.3 Privilégio da Fauna e Flora em Detrimento de Pessoas .....</b>	<b>23</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>25</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>26</b>

# EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DOS “FALSOS DILEMAS AMBIENTAIS” NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PCN’S

Gilson Silva Muniz\*

## RESUMO

A Educação Ambiental desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, é entendida como a instância capaz de formar cidadãos aptos ao enfrentamento da problemática ambiental. Diante desse conceito, os Parâmetros Curriculares Nacionais – Meio Ambiente - são propostos para nortear o trabalho docente nesta área. Com o objetivo de verificar a contribuição dada pelos PCN’s (Meio Ambiente), este artigo apresenta o resultado de um estudo sobre os “preconceitos e falsos dilemas”, o qual está inserido no próprio documento, visando analisá-lo dentro dos princípios conservadores ou críticos da Educação Ambiental. Para isso, utilizamos aportes metodológicos da Análise de Conteúdo, cuja proposta é analisar o discurso declarado de atores sociais no âmbito da temática, apropriando-se até então da referida técnica que faz emergir informações nem sempre percebidas diante de textos (escrito ou falado).

**Palavras-Chave:** Educação Ambiental. PCN’s – Meio Ambiente. Educação Conservadora. Educação Crítica.

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, todos os seguimentos da sociedade têm discutido a existência e crescimento de uma crise ambiental planetária. Esse reconhecimento se dá, principalmente, a partir de 1972, com a realização da primeira conferência mundial sobre meio ambiente que, por sua vez, responde a diversas pressões internacionais a respeito desse tema (BRANDÃO, 2007; REBOUÇAS, 2012).

Como um dos principais resultados desta primeira conferência ambiental, está o entendimento de que a Educação, que a partir dali recebe adjetivação de Ambiental, é a instância capaz de formar um cidadão apto a enfrentar os desafios pelo qual passa o planeta (LIMA, 2005; REBOUÇAS, 2012).

A partir de então, uma série de conferências internacionais serão realizadas, visando construir as bases dessa Educação Ambiental. No Brasil, este movimento acontece especialmente nos anos 1980, segundo Lima (2002, 2008), dentro da conjuntura da Ditadura

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, [Graduação na Licenciatura em Ciências da Natureza]. Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Campus VIII, 2016, [munizgilson12@gmail.com](mailto:munizgilson12@gmail.com)

Militar, com a característica de estar muito voltada para a ideia de preservação dos recursos naturais.

Nos anos 1990, começa um movimento acadêmico de análise das diversas vertentes ideológicas que estão inseridas na Educação Ambiental. Essas análises tem permitido o amadurecimento dos pressupostos de uma Educação Ambiental que seja capaz de enfrentar o desafio socioambiental desse período civilizatório. Desde então, fala-se de uma Educação Ambiental Conservadora e uma Educação Ambiental Crítica. Conforme afirma Lima (2009), as análises contemporâneas sobre a Educação Ambiental que vem sendo praticada dão conta que a mesma se mantém majoritariamente conservadora.

Diante disso, surge a seguinte questão: qual a contribuição dada pelos PCN's para a Educação Ambiental? O presente artigo é um recorte de uma pesquisa maior que analisa todo conteúdo dos PCN's. Neste trabalho, temos a intenção de analisar uma parte do documento que trata dos "Preconceitos ou Falsos Dilemas". A referida seção trata de assuntos que, segundo os PCN's, devem ser combatidos dentro da Educação Ambiental.

Para atingir nosso objetivo neste artigo, utilizamos da Análise do Conteúdo, que é uma técnica que analisa o conteúdo de textos declarados de atores sociais, a partir da contribuição de Bardin (2006), que será melhor explicitada na próxima seção.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Neste artigo, trabalhamos com aportes metodológicos na Análise de Conteúdo, que é uma técnica de análise de textos (escrito ou falado), que visa pesquisar conteúdos declarados de atores sociais. Este trabalho está baseado na proposta de Bardin (2006), que ao discorrer sobre a referida técnica, mostra sua potencialidade para penetrar nos conteúdos declarados de textos, fazendo emergir informações nem sempre percebidas.

Para a autora dessa técnica, percorrer um caminho maduro que atenda a essa empreitada, há a necessidade de se respeitar três fases:

(1) Pré-Análise: Nessa fase a autora destaca que se deve esgotar a comunicação, de forma a compreendê-la em sua totalidade. Como esse recorte integra uma pesquisa mais ampla com todo conteúdo dos PCN's, podemos dizer que a Pré-Análise foi realizada numa etapa anterior, quando se examinou a intenção do documento e definiu o objetivo geral da pesquisa. Ou seja, a intenção do primeiro (PCN's) é nortear o trabalho docente sobre a

temática ambiental. O segundo (da pesquisa mais ampla) é analisar qual foi a contribuição dada (se conservadora ou crítica) pelos PNC's para o trabalho do professor.

(2) Exploração do Material: Essa é a fase que se aplica o estudo em análise do conteúdo propriamente dito. Como afirma Bardin (2006, p.12): “Esta etapa é de suma importância, pois irá possibilitar o incremento das interpretações de codificação, a classificação e a categorização. Seguindo tais recomendações, fizemos a Exploração do Material, não só definindo as categorias a serem utilizadas (Educação Ambiental Conservadora e Educação Ambiental Crítica), mas também identificando “as portas de entrada” para inferências possíveis ao texto. Nessa fase, demos ênfase ao estudo dos “Preconceitos e Falsos Dilemas”, nosso recorte neste estudo, buscando as entradas para as análises possíveis.

(3) Tratamento dos resultados: Essa é a etapa final que se identifica como a culminância da pesquisa. É nesta fase que o pesquisador destaca a importância de sua análise e procura apresentar seus resultados de forma reflexiva e crítica, na tentativa de também enquadrar todos os princípios conservadores e/ou críticos da Educação Ambiental. Com suporte em Lima (2005), adestramos o tratamento dos resultados, para melhor proporcionar o significado desse enquadramento.

Os resultados estão exibidos em tabelas, de modo a identificar se os falsos dilemas e contra-argumentações dos PCN's se enquadram nas características conservadora e crítica, ao passo que analisaremos esse enquadramento.

### **3 CENÁRIO HISTÓRICO, POLÍTICO E SOCIAL DA CRISE AMBIENTAL**

O entendimento de que vivemos uma crise ambiental de grandes proporções tem conduzido as sociedades ao debate intenso sobre a temática, nas últimas décadas. Apesar de a crise ter sido amplamente divulgada a partir dos anos 1972, com a primeira grande conferência ambiental, promovido pela ONU, alguns autores remontam à Revolução Industrial como o grande marco da origem da degradação ambiental (HERCULANO, 1992; FERNANDES, 2000; ALMINO, 2003).

Para Almino (2003), nesse momento histórico houve um aumento da degradação ambiental, incentivada, principalmente, pela aproximação entre ciência e tecnologia e por um tipo de mentalidade da sociedade inaugurada pelo capitalismo. Na visão desse filósofo, há uma inegável ligação entre a Revolução Industrial e as primeiras preocupações ambientais,

porém, estas não foram suficientes para uma movimentação a esse respeito, como aconteceu na segunda metade do século passado.

Fernandes (2000) ajuda a complementar tal ideia ao argumentar que nos séculos seguintes à Revolução Industrial dominaram as ideias de mudança e aperfeiçoamento do mundo, bem representada pelas propostas de desenvolvimento do século XX. Conforme a socióloga, isso pressupôs um conjunto de mudanças estruturais em termos de economia, no que se refere à forma dominante de organizar os processos de produção, distribuição e os estilos de consumo e conseqüentemente a ordem social e política.

Porém, a decisão de tornar a problemática ambiental de conhecimento público se deu no âmbito da ONU, não como uma decisão isolada desse organismo multilateral, mas como nos diz Rebouças (2012), a partir de diversas pressões internacionais ocorridas durante toda a década de 1960. Sobre isso, Brandão (2013), complementa ao dizer que o tema ambiental entra na agenda política mundial no final da década de 1960, como resultado de um movimento que aliava as crises do petróleo, o desenvolvimento da ciência e o crescimento de uma série de protestos, principalmente a partir da repercussão do livro de Rachel Carson, *Primavera Silenciosa*, lançado em 1962.

Na perspectiva de Lima (2005) houve contribuição de muitos atores sociais para que essa temática chegasse ao público. Para o autor, "...há que se considerar também múltiplas contribuições éticas, estéticas, político-ideológicas e teóricas provenientes dos movimentos de contracultura que marcaram a vida cultural do ocidente a partir dos anos 60" (LIMA, 2009, p. 42). Afinal, não é fácil lutar contra um sistema autoritário e capitalista, que de certa forma impulsionaram a cultura do consumismo desacelerado e inconsequente.

Como mencionado, em 1972, iniciaram a realização das conferências mundiais que, além de discutir a problemática, propuseram as ações que seriam capazes de enfrentar a crise ambiental diagnosticada nessas mesmas reuniões. Brandão (2013) menciona a realização de 04 conferências mundiais, havendo diversas outras voltadas para assuntos específicos dentro da temática ambiental: I Conferência das Nações Humanas sobre Meio Ambiente Humano, realizado em Estocolmo-Suécia, em 1972, também chamada de Estocolmo-72; II Conferência das Nações Unidas, realizada no Brasil, em 1992, também conhecida como Eco 92; III Conferência das Nações Unidas, realizada na África, em 2002, também conhecida como Rio +10; e IV Conferência das Nações Unidas, realizada no Brasil, em 2012, também conhecida como Rio + 20.



Neste sentido, a conferência de Estocolmo-72 é considerada o marco do anúncio sobre a crise ambiental, propondo critérios e princípios que incentivassem as sociedades a preservarem e melhorarem o meio ambiente. Na avaliação de Carvalho apud Lima (2009, p.158) “desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, ficou claro que a preocupação dos organismos internacionais quanto ao meio ambiente era produzir uma estratégia de gestão desse ambiente, em escala mundial, que compreendesse sua preservação dentro de um projeto desenvolvimentista”.

Uma das principais recomendações da Estocolmo-72 é o nascimento de uma Educação, (agora ambiental), que a partir de então, constitua uma proposta capaz de promover algum tipo de consciência acerca dessa temática. Em 1975, a UNESCO promoveu em Belgrado, o primeiro Encontro Internacional em Educação Ambiental, criando-se o Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA. Desde então, essa reunião tem como princípio básico a defesa de que “A Educação Ambiental deve ser continuada, multidisciplinar, integrada as diferenças regionais e voltadas para os interesses nacionais”(MEC, 2003, p.7).

Em 1977, realizou-se a Conferencia Intergovernamental de Educação Ambiental em Tbilisi, na Geórgia, organizada pela UNESCO com a colaboração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). A reunião é compreendida como um marco fundamental na construção das propostas para a Educação Ambiental. Desse encontro surgiram as definições, os objetivos, os princípios e as estratégias para a educação ambiental que, com certas particularidades, são adotados em todo o mundo.

Em 1992, foi realizada a Segunda Conferência das Nações Unidas (ONU) sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Estado do Rio de Janeiro, aprovando o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, sendo assinada a Jornada Internacional de Educação Ambiental, no Fórum Global, paralelo à ECO-92.

Apesar de 1985 já haver um parecer (819/85) do MEC, enfatizando a necessidade de incluir conteúdos ecológicos ao Ensino de 1º e 2º graus, integrando desse modo todas as áreas de conhecimento de forma sistematizada e progressiva, o tema vai ser incorporado como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

#### **4 OS PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

A Educação Ambiental nasce entre os anos 1970/1980, segundo Lima (2009), influenciado por diversos organismos internacionais e financeiros, sistemas governamentais de meio ambiente, ONG’s ambientalistas, entre outras.

O próprio conceito de educação ambiental já se configura em decorrência do efeito de uma adjetivação. Como diz Layrargues (2004, p.156), trata-se de um atributo “ambiental” aplicado ao substantivo “educação”, em que o termo ambiente vem apresentar mais uma especialidade da educação. Lima (2009) nos diz, ainda, que essa mesma “educação”, a qual se denomina de “ambiental”, nasce com objetivo de incluir e integrar todos os atores sociais em uma só finalidade, sendo esses capazes de resolver e relacionar os problemas ambientais em um contexto social, a partir de um conhecimento construído pelo diálogo e enfrentamento de posições e ideias.

Um dos pressupostos da Educação Ambiental, segundo Loureiro (2004) é trabalhar os problemas específicos de cada grupo social, principalmente quando se tem por finalidade básica a gestão de unidades territoriais demarcadas, sem, contudo, deixar de articular tais problemas às questões macrossociais em que se inserem e à visão integradora do ambiente. Assim, pressupõe-se que seu objetivo é integrar os problemas específicos de um grupo social com o todo em que está inserido.

Outro pressuposto, segundo Loureiro (2004) é a cotidianidade que se refere ao lugar ocupado e habitado pela pessoa, aquilo que nos fornece um ponto concreto a partir do qual exercitamos nossa cidadania diariamente, nos relacionamos com sujeitos e ainda em que procuramos a coerência entre desejos, pensamentos e atitudes. Este pressuposto ressalta a importância de conhecer melhor a formação de um determinado grupo de acordo com sua interação com o ambiente em que está inserido.

O mesmo autor, ainda enfatiza o pressuposto da vulnerabilidade socioambiental, quando expõe a situação de grupos específicos que se encontram: (1) em maior grau de dependência direta dos recursos naturais para produzir, trabalhar e melhorar as condições objetivas de vida; (2) excluídos do acesso aos bens públicos socialmente produzidos; e (3) ausentes de participação legítima em processos decisórios no que se refere à definição de políticas públicas que interferem na qualidade do ambiente em que se vive.

Para Loureiro (2004), a finalidade de uma Educação Ambiental que incorpore a perspectiva dos sujeitos sociais excluídos não é a de reforçar as desigualdades de classes, mas, por meio do reconhecimento, de que elas existem por estabelecer uma Educação Ambiental contextualizada e crítica, que explicita os problemas estruturais de nossa sociedade e as causas básicas do baixo padrão qualitativo da vida que levamos. Assim, a finalidade da educação ambiental é solucionar problemas ambientais e sociais, que estão presentes no cotidiano dos sujeitos sociais excluídos.

No Brasil, a Educação Ambiental é contemplada na Lei 9.795, de 27 de Abril de 1999. No art. 2º, a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Conforme destaca Loureiro (2004), dentre os diferentes espaços pedagógicos em que se concretizam as práticas e experiências metodológicas em Educação Ambiental, além da instituição escolar, historicamente dois outros se destacaram no cenário nacional: as Unidades de Conservação (UCs) e a atuação direta em comunidades específicas, principalmente junto às chamadas de populações tradicionais e aos grupos socialmente excluídos em núcleos urbanos.

Para definir como isso se dará dentro do âmbito escolar são criados os Parâmetros Curriculares Nacionais (Meio Ambiente). O processo de elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais teve início a partir do estudo de propostas curriculares de Estados e Municípios brasileiros, da análise realizada pela Fundação Carlos Chagas sobre os currículos oficiais e do contato com informações relativas a experiências de outros países. Foram analisados subsídios oriundos do Plano Decenal de Educação, de pesquisas nacionais e internacionais, dados estatísticos sobre desempenho de alunos do ensino fundamental, bem como experiências de sala de aula difundidas em encontros, seminários e publicações (LOUREIRO, 2004).

Para os PCN's é preciso despertar o interesse da sociedade para pensar a participação no combate da degradação ambiental e social. Segundo Loureiro (2004), a participação é um processo que gera a interação entre diferentes atores sociais na definição do espaço comum e do destino coletivo, alertando que tanto os recursos naturais como a sociedade precisam de cuidados, desde a localidade em que este cidadão se encontra como todo o planeta.

Sendo assim, a escola será o principal espaço para tratar a Educação Ambiental. Diante disso, o PCN é proposto como capaz de esclarecer o objetivo da Educação Ambiental na escola:

A principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e aprendizagem de procedimentos. E esse é um grande desafio para a educação. Gestos de solidariedade, hábitos de higiene pessoal e dos diversos ambientes, participação em pequenas negociações são exemplos de aprendizagem que podem ocorrer na escola. (PCN, 1997, p.187)

O texto dos PCN's falam da motivação da Educação Ambiental, partindo de uma apresentação complexa ao falar da formação de cidadãos "aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida (...)", exemplificando essas atitudes com gestos de solidariedade, hábitos de higiene pessoal, entre outras funções que podem ocorrer no âmbito escolar.

Durante duas décadas, os PCN's foram os responsáveis pela orientação da temática ambiental dentro do ensino, seja ele dentro ou fora do espaço formal escolar. Neste tempo, diversos autores vêm estudando a temática, oferecendo análises sobre a Educação Ambiental praticada no Brasil, que veremos na próxima seção.

#### **4.1 A Educação Ambiental Praticada**

Nas ultimas décadas têm crescido o número de autores que oferecem análises sobre a Educação Ambiental que vem sendo praticada, especialmente no Brasil. Esses estudos apresentam diversas orientações político-pedagógicas distintas como Naturalista, Conservadora, Pragmática, ao ar livre, libertadora, reflexiva.

Pela semelhança que muitas dessas orientações apresentam entre si, assim como a riqueza de contribuições que muitas dessas vertentes trazem para uma visão mais amadurecida da Educação Ambiental, os autores estudados (LIMA, 2005; LAYARGUES e LIMA, 2011, REBOUÇAS, 2012) começaram a trabalhar com duas grandes visões antagônicas. Uma trata os princípios de uma ação que se mostra limitada para o enfrentamento do problema, denominada de uma Educação Ambiental Conservadora (EA-Conservadora). A outra, que por adotar a teoria da complexidade e as teorias sociais críticas e, conseqüentemente com um foco no socioambientalismo, se apresenta como uma Educação Ambiental Crítica (EA-Critica). Nessa seção, apresentamos uma visão dessas duas vertentes, uma vez que as mesmas vão servir de base para análise que faremos sobre "Os falsos dilemas discutidos pelos PCN's - Meio Ambiente."

#### **4.2 Educação Ambiental Conservadora**

A educação ambiental no Brasil se baseou em uma estrutura conservacionista, por consequência da época em que foi instaurada. Como enfatiza Lima (2009), no Brasil a educação tendia a uma estrutura conservacionista, pois foi no cenário autoritário iniciado com o Golpe Militar de 1964 até o estado democrático, elegendo um presidente em 1985, que a Educação Ambiental se instituía, demarcada de influências governamentais.

Nesse contexto, resumimos que no Brasil a Educação Ambiental foi influenciada pela época da ditadura, trazendo ideias conservadoras desse momento, ideias voltadas para a preservação do ambiente natural, pois, a visão era para a natureza e não para o cidadão ou a sociedade como um todo.

Na visão de Lima (2009), esse tipo de educação ambiental assume uma característica principal de proteção ao mundo natural, onde de certa forma estão evidenciados os problemas ambientais mais aparentes, desprezando-se as causas mais profundas dos mesmos. Para o autor, esse tipo de educação veio a sofrer forte influência dos “*ethos*”<sup>2</sup> das ciências naturais, como também o próprio ambientalismo, no sentido de que se utilizou das teorias, dos conceitos e de uma visão de mundo biologizante que brotava desse universo particular. Neste olhar, o meio ambiente tinha apenas que ser analisado, sem questionamentos.

O que se convencionou chamar de educação conservacionista no contexto de constituição da Educação Ambiental brasileira faz referência a um conjunto de características epistemológicas, pedagógicas, políticas e éticas, expressas nos discursos e nas práticas educativas realizadas pelos atores envolvidos nesse campo social e que foram objeto de crítica por parte dos educadores e pesquisadores envolvidos nesse debate. (LIMA, 2009, p.152)

Ou seja, a educação ambiental conservadora possui uma ideia voltada para preservação dos recursos naturais, como se apenas estes fossem os atingidos pela degradação ambiental, esquecendo-se do homem que sofre com as consequências como mudanças climáticas, poluição, aumento da pobreza, etc.

Esse tipo de compreensão conservacionista, justamente por privilegiar os efeitos às causas dos problemas ambientais, tendia igualmente a assumir posições tecnicistas que, diante da evidência dos impactos ambientais, prescreviam soluções tecnológicas para problemas que, na verdade, exigiam respostas de maior complexidade. (LIMA, 2009, p.154).

Além disso, a Educação Ambiental Conservadora, como dizem Layargues e Lima (2011) consiste também por apresentar uma tendência mais individualista, comportamentalista, dando origem aos paradigmas impostos para preservação ambiental com a ideia que apenas o ambiente natural sofre com a degradação dos recursos naturais, esquecendo que existem males maiores que atingem a sociedade como um todo e cada cidadão precisa se conscientizar e trabalhar em conjunto para restaurar os danos causados a natureza.

---

<sup>2</sup> *Ethos* é uma palavra com origem grega, que significa “caráter moral”. É usada para descrever o conjunto de hábitos ou crenças que definem uma comunidade ou nação.

Contudo, a educação em si deve ser entendida como uma construção social que se constitui a partir de um processo contraditório de elementos subjetivos e objetivos, de escolhas valorativas e de vontades políticas, dotada de singularidade. Para Lima (2002), esse tipo de relação social se desdobra na formação de sujeitos pedagógicos e de identidades socioculturais. Para os conservadores e comportamentalistas, a Educação Ambiental se resume até então, à adequação dos sujeitos pedagógicos ao sistema, ou seja, em mudar comportamentos sem entender a dinâmica existencial desses elementos inovadores.

Portanto, tem-se um entendimento nos autores consultados de que há um grande desafio socioambiental a ser superado - um novo pensamento com o intuito de transformar as ideias impostas sobre educação ambiental. Uma educação voltada para os recursos naturais com um significado inovador de uma educação ambiental questionadora que se preocupe com os sujeitos excluídos para averiguar os verdadeiros males causados pelos danos ambientais.

Como enfatiza Lima (2009, p.160), “o grande desafio socioambiental hoje é, portanto, romper com a ideia de um pensamento único, orientado rumo a um progresso sem limites, que vem reduzindo, sufocando e super explorando a natureza”.

### **4.3 Educação Ambiental Crítica**

Depois de décadas de análises sobre a Educação Ambiental praticada, diversos autores começam a defender a ideia de uma Educação Ambiental-Crítica. Através da educação ambiental crítica é possível estabelecer visões diferenciadas, com questionamentos pertinentes a um novo olhar sobre o meio ambiente.

Segundo Bellini (2011), a educação ambiental crítica tem sua origem nos ideais democráticos e emancipatórios do pensamento crítico, que por sua vez é derivado dos ideais da Escola de Frankfurt, denominado por IPS - Instituto e Pesquisa Social. A Escola de Frankfurt foi criada em 1923 por um grupo de intelectuais que buscavam compreender a sociedade contemporânea por um viés crítico, como premissa a contestação do modelo capitalista, desumano, tecnicista e individualista e a refutação da neutralidade científica, sendo analisadas pela ótica da política, economia, cultura, filosofia, psicanálise e artes.

Segundo Loureiro (2004) é necessário defender a necessidade de pensarmos e realizarmos uma Educação Ambiental crítica e emancipatória, voltada para a democratização no acesso e apropriação dos bens naturais, para a gestão participativa e o exercício da cidadania, capaz de levar os sujeitos a se recolocarem no ambiente e a se ressignificarem enquanto natureza, resgatar o conceito de práxis associado à educação.

Para Loureiro (2004), a educação crítica e a democracia refletem uma explicitação de conflitos:

Não há democracia nem educação para a cidadania sem a explicitação de conflitos. A aceitação de que a sociedade além de plural é permeada por visões de mundo, interesses e necessidades distintas e estruturalmente antagônicas está implícita em processos efetivamente democráticos, nos quais se incluem as oposições, tensões e contradições entre direitos e deveres, indivíduo e coletividade, público e privado, liberdade e igualdade. (LOUREIRO, 2004, p.8)

Diante disso, a Educação Ambiental Crítica tem como principal função tratar de teoria e prática, de modo que sejam formados cidadãos participativos, estabelecendo meios de integração na possibilidade de formar cidadãos autônomos e capazes de agir para uma verdadeira transformação no ambiente em que estão inseridos (LIMA, 1997). Porém, como atesta o mesmo autor, apesar da importância desse despertar para uma nova consciência ecológica, o que vem sendo praticado como Educação Ambiental ainda não se refletiu em mudanças significativas nos rumos das políticas governamentais e dos estilos de vida individuais. E isso acontece porque a Educação Ambiental realizada é majoritariamente Conservadora.

A seguir, apresentamos a Tabela 01, adaptada de Lima (2005), contendo os princípios da Educação Ambiental Conservadora e Educação Ambiental Crítica, que servirá de parâmetro para análise dos “Preconceitos e Falsos Dilemas” discutidos pelos PCN’s - Meio Ambiente.

**Tabela 01**

<b>Princípios da Educação Ambiental Conservadora e Crítica</b>	
<b>EA CONSERVADORA</b>	<b>EA CRÍTICA</b>
1. Baseia-se numa visão fragmentada da problemática ambiental;	1. Uma visão complexa e multidimensional da questão ambiental
2. Uma compreensão naturalista e conservacionista da crise ambiental;	2. Uma defesa do amplo desenvolvimento e possibilidades das formas humanas e não humanas;
3. Uma tendência a valorizar as soluções tecnológicas para o problema;	3. Uma atitude crítica ante a crise civilizatória;
4. Uma leitura individualista e comportamentalista;	4. Uma politização e publicização dos problemas ambientais;
5. Uma abordagem despolitizada da temática ambiental;	5. Sem negar os argumentos técnico-científico, subordiná-los a uma orientação ética do conhecimento, meios e fins;
6. Uma baixa incorporação de princípios e práticas interdisciplinares;	6. Um entendimento da democracia para como pré-requisito fundamental para a construção de

	uma sustentabilidade plural;
7. Uma ausente ou limitada perspectiva crítica;	7. Considera o tipo de organização das sociedades modernas na forma de produzir e consumir como causadora do problema;
8. Ressalta mais os problemas relacionados ao consumo do que a produção;	8. Cuidado em estimular o diálogo entre as ciências e as múltiplas dimensões da realidade, tratando para não separar as questões sociais das naturais;
9. Uma separação dos problemas naturais dos sociais;	9. Busca a transformação e emancipação da sociedade;
10. Atribuição dos problemas ao homem, um ser genérico, sem contextualizá-lo politicamente e economicamente;	10. Uma vocação transformadora dos valores e práticas contrárias ao bem estar público.
11. Uma banalização da noção de cidadania, que na prática assume uma concepção liberal, passiva e tutelada.	

**Fonte:** Adaptada de Lima (2005)

## 5 OS FALSOS DILEMAS AMBIENTAIS NA ABORDAGEM DOS PCN'S

Os PCN's Meio Ambiente dedicou uma parte do seu texto ao tratamento de cinco assuntos considerados “preconceitos ou falsos dilemas” dentro da temática ambiental, apresentados nas páginas 182-185 do referido documento.

Esses “preconceitos ou falsos dilemas” são explicados no documento como entendimentos equivocados, geralmente propagados pelos meios de comunicação e são frutos da falta de conhecimento sobre a temática ambiental ou ainda da pura intenção de banalizar os princípios e valores desta causa, com vistas a depreciar o movimento ambientalista. Por isso mesmo, para os PCN's os falsos dilemas devem ser combatidos com intuito de garantir a discussão dos mesmos em âmbito escolar. A partir do enquadramento dos dilemas em temas, apresentamos a análise de três dos cinco assuntos apresentados.

### 5.1 Restrição dos Assuntos a Serem Tratados Dentro da Temática Ambiental

O tema 01, que intitulamos “Restrição dos assuntos a serem tratados dentro da temática ambiental”, trata do “Preconceito ou Falso Dilema”, segundo os PCN's veiculado por parte da mídia, de que a questão ecológica ou ambiental deve estar restrita à preservação dos ambientes naturais. Logo, as questões socioambientais como saneamento, saúde, educação extrapolam a alçada dos ambientalistas.

Sobre esse primeiro preconceito, o texto dos PCN's oferece o contra-argumento de que a realidade funciona de um modo complexo em que todos os fatores interagem. Conforme



o documento, “tratar a questão ambiental, portanto, abrange a complexidade das intervenções: a ação na esfera pública só se consolida atuando no sistema como um todo, sendo afetada e afetando todos os setores, como educação, saúde, saneamento, transportes, obras, alimentação, etc”. (BRASIL, 1997, p. 182).

Na Tabela 02 abaixo, apresentamos uma análise sobre o “falso dilema”, a partir da tentativa de enquadrá-lo nos princípios da Educação Ambiental Conservadora ou Crítica, conforme exposto na Tabela 01.

**Tabela 02**

<b>TEMA 01</b>	
<b>Restrição dos assuntos a serem tratados dentro da temática ambiental</b>	
<b>Falso Dilema 01</b>	
A questão ecológica ou ambiental deve se restringir à preservação dos ambientes naturais intocados e ao combate da poluição; as demais questões — envolvendo saneamento, saúde, cultura, decisões sobre políticas de energia, de transportes, de educação, ou de desenvolvimento — são extrapolações que não devem ser da alçada dos ambientalistas (BRASIL, 1997, p. 182).	
<b>Característica Conservadora</b>	<b>Característica Crítica</b>
1. Baseia-se numa visão fragmentada da problemática ambiental; 2. Uma compreensão naturalista e conservacionista da crise ambiental; 5. Uma abordagem despolitizada da temática ambiental; 7. Uma ausente ou limitada perspectiva crítica; 9. Uma separação dos problemas naturais dos sociais.	
<b>CONTRA-ARGUMENTAÇÃO DOS PCN's</b>	
Com relação a isso, deve-se considerar que, como a realidade funciona de um modo complexo em que todos os fatores interagem, o ambiente deve ser compreendido com todos os seus inúmeros problemas. Tratar a questão ambiental, portanto, abrange a complexidade das intervenções: a ação na esfera pública só se consolida atuando no sistema como um todo, sendo afetada e afetando todos os setores, como educação, saúde, saneamento, transportes, obras, alimentação, agricultura etc (BRASIL, 1997, p. 182)	
<b>Característica Conservadora</b>	<b>Característica Crítica</b>
	1. Uma visão complexa e multidimensional da questão ambiental; 4. Uma politização e publicização dos problemas ambientais.

**Fonte:** Autor (2016)

**O Preconceito ou falso dilema 01-** intitulado na pesquisa “**Restrição dos assuntos a serem tratados dentro da temática ambiental**” enquadrou-se, em nossa análise, em pelos menos cinco características da EA-Conservadora. Pelos princípios propostos por Lima (2005), restringir a temática ambiental a conservação de meios intocados ou à poluição como proposto no texto analisado, sem considerar que esse tema é multifacetada, articulando fenômenos naturais, mas principalmente sociais, uma vez que todos eles são consequências de uma forma de organização da sociedade, permite enquadrar o texto “(...) numa visão fragmentada da problemática ambiental”; “Uma compreensão naturalista e conservacionista da crise ambiental”; “Uma abordagem despolitizada da temática ambiental”; “Uma ausente ou limitada perspectiva crítica”, além de “uma separação dos problemas naturais dos sociais”.

Por outro lado, a argumentação dos PCN’s, da forma em que está exposta, oferece um posicionamento que nos permitiu enquadrar em dois princípios da Educação Ambiental Crítica: “Uma visão complexa e multidimensional da questão ambiental”; assim como “Uma politização e publicização dos problemas ambientais”, uma vez que oferece uma justificativa que enfoca a complexidade da temática e os desdobramentos que uma ação tem necessariamente na outra.

Contudo, uma questão nos chama atenção neste tema. Este assunto não se enquadraria num simples “preconceito”, uma vez que o termo significa apenas uma opinião sem exame crítico. Com apoio nos autores da EA-Crítica, é possível dizer que tal visão integra uma das diversas vertentes ideológicas que analisam a problemática ambiental. Ela se aproxima da corrente, identificada por Layrargues e Lima (2011, p. 11), como Conservacionista que é uma versão ingênua e enviesada dos grupos “mais ligados às ciências naturais que entendiam a crise ambiental sem uma reflexão social da questão ambiental”.

Um bom exemplo que a visão Conservacionista não é apenas um “preconceito ou falso dilema” e muito menos não é superada é o resultado da pesquisa realizada por Santos e Brandão (2015) com alunos do ensino fundamental, no interior da Paraíba. A pesquisa demonstra que 100% dos alunos só conseguem distinguir como parte da temática ambiental temas como conservação de recursos, poluição e lixo. Por outro lado, todos os temas socioambientais são excluídos por eles da temática.

Diante disso, é possível dizer que reduzir tamanha questão a um “preconceito ou falso dilema” e defender em um documento oficial com um breve esclarecimento, parece não ter alcançado bons resultados.

## 5.2 Descrédito das Pessoas Envolvidas com o Movimento Ambiental

O falso dilema 02, que enquadrámos sob o título de “Descrédito das pessoas envolvidas com o movimento ambiental” trata da falta de entendimento dos envolvidos com a temática ambiental, propagada também pela mídia, segundo o documento. Nessa visão, os ambientalistas tendem a ser avaliados como “pessoas radicais e privilegiadas”. Além disso, essa mesma ideia preconceituosa acusa os ambientalistas de defender “posições que só perturbam quem realmente produz”.

Nas argumentações trazidas pelos PCN’s, essa má interpretação acontece porque “grande parte dos ambientalistas concorda com a necessidade de se construir uma sociedade mais sustentável, socialmente justa e ecologicamente equilibrada” (Brasil, 1997, p.182). Contudo, a intenção dessa defesa por parte dos ambientalistas, segundo a argumentação do PCN’s, é a melhoria das condições econômicas no mundo. Baseado em dados da ONU, argumenta ainda que a maioria da população mundial, “se encontra em situação de pobreza ou miséria”.

**Tabela 0 3**

<b>TEMA 02</b>	
<b>Descrédito das pessoas envolvidas com o movimento ambiental</b>	
<b>Falso Dilema 02</b>	
Os que defendem o meio ambiente são pessoas radicais e privilegiadas, não necessitam trabalhar para sobreviver, mantêm-se alienadas da realidade das exigências impostas pela necessidade de desenvolvimento; defendem posições que só perturbam quem realmente produz e deseja levar o país para um nível melhor de desenvolvimento.	
<b>Característica Conservadora</b>	<b>Característica Crítica</b>
1. Baseia-se numa visão fragmentada da problemática ambiental; 3. Uma tendência a valorizar as soluções tecnológicas para o problema; 4. Uma leitura individualista e comportamentalista; 5. Uma abordagem despolitizada da temática ambiental; 6. Uma baixa incorporação de princípios e práticas interdisciplinares; 7. Uma ausente ou limitada perspectiva crítica; 8. Ressalta mais os problemas relacionados ao consumo do que a produção; 9. Uma separação dos problemas naturais dos sociais; 10. Atribuição dos problemas ao homem, um ser genérico, sem contextualizá-lo politicamente	

e economicamente; 11. Uma banalização da noção de cidadania, que na prática assume uma concepção liberal, passiva e tutelada.	
<b>CONTRA-ARGUMENTAÇÃO DOS PCN's</b>	
Atualmente grande parte dos ambientalistas concorda com a necessidade de se construir uma sociedade mais sustentável, socialmente justa e ecologicamente equilibrada. Isso significa que defender a qualidade do meio ambiente, hoje, é preocupar-se com a melhoria das condições econômicas, especialmente da grande maioria da população mundial que, de acordo com dados da ONU, se encontra em situação de pobreza ou miséria. O crescimento econômico deve ser também subordinado a uma exploração racional e responsável dos recursos naturais, de forma a não inviabilizar a vida das gerações futuras. Todo cidadão tem o direito a viver num ambiente saudável e agradável, respirar ar puro, beber água potável, passear em lugares com paisagens notáveis, apreciar monumentos naturais e culturais etc. Defender esses direitos é um dever de cidadania, e não uma questão de privilégio.	
<b>Característica Conservadora</b>	<b>Característica Crítica</b>
	1. Baseia-se numa visão de mundo complexa e multidimensional; 3. Uma atitude crítica antes a crise civilizatória; 5. Sem negar os argumentos técnico-científico, subordiná-los a uma orientação ética do conhecimento, meios e fins.

Fonte: Autor (2016)

**Preconceito ou falso dilema 02** - intitulado na pesquisa de “Descrédito das pessoas envolvidas com o movimento ambiental” - enquadrou-se, em nossa análise, em pelos menos duas características da EA-Conservadora. Pelos princípios propostos por Lima (2005), desacreditar os ambientalistas como radicais ou até então privilegiados, sem considerar a complexidade da questão ambiental, permite enquadrar o texto “(...) numa visão fragmentada da problemática ambiental”, assim como numa “Uma ausente ou limitada perspectiva crítica, ao defender que a decisão de enfrentamento da problemática ambiental é atrapalhar o melhor desenvolvimento do país”.

A contra argumentação dos PCN's, por sua vez, permitiu enquadrar em três princípios da EA-Crítica, pois “Baseia-se numa visão de mundo complexa e multidimensional” e “Uma atitude crítica antes a crise civilizatória”, além de “Sem negar os argumentos técnico-científico, subordiná-los a uma orientação ética do conhecimento, meios e fins”.

Levando em consideração os princípios da EA-Conservadora e Crítica, esta questão também está ligada a posicionamentos políticos sobre a temática ambiental. Sua origem, quando fazemos um levantamento histórico da temática ambiental, parece está ligada ao

anúncio da crise ambiental em Estocolmo, em 1972, quando o Brasil se posicionou contra as argumentações da necessidade de um crescimento zero da economia (HERCULANO, 1992). Além disso, a chegada da temática ambiental no Brasil se concentrou, em um primeiro momento, na classe alta esclarecida, conforme atestado por Lima (2005). Com o reconhecimento da importância da temática, essa defesa foi tomando outros caminhos, tornando-se talvez, como aponta os PCN's como um falso-dilema. Contudo, não se trata de uns preconceitos mais vertentes político-ideológicas já catalogadas na bibliografia.

### 5.3 Privilégio da Fauna e Flora em Detrimento de Pessoas

O tema 03, que intitulamos “Privilégio da fauna e flora em detrimento de pessoas”, trata do falso dilema que coloca a contradição entre privilegiar animais e não pessoas. A contra argumentação dos PCN's está baseado no fato da situação das crianças no Brasil não competir com qualquer situação das espécies em extinção, uma vez que a primeira não tem sua dimensão diminuída por conta da segunda.

Tabela 4

<b>TEMA 03</b>	
<b>Privilégio da fauna e flora em detrimento de pessoas</b>	
<b>Falso Dilema 03</b>	
<p>É um luxo e um despropósito defender, por exemplo, animais ameaçados de extinção, enquanto milhares de crianças morrem de fome ou de diarreia na periferia das grandes cidades, no Norte ou no Nordeste.</p>	
<b>Característica Conservadora</b>	<b>Característica Crítica</b>
<p>1. Baseia-se numa visão fragmentada da problemática ambiental</p> <p><i>A falta de condição de vida adequada que vitima inúmeras crianças no Brasil é um problema gravíssimo e deve receber tratamento prioritário nas ações governamentais, sem dúvida.</i></p>	
<b>CONTRA-ARGUMENTAÇÃO DOS PCN's</b>	
<p>Se para salvar crianças da fome e da morte bastasse deixar que se extinguissem algumas espécies, estaria criado um dilema. Mas, como isso não é verdade, trata-se, então, de um falso dilema. A situação das crianças no Brasil não compete com a situação de qualquer espécie ameaçada de extinção. O problema da desnutrição e da miséria não tem, de forma alguma, sua importância diminuída por haver preocupações com as espécies em extinção. A falta de condição de vida adequada que vitima inúmeras crianças no Brasil é</p>	

um problema gravíssimo e deve receber tratamento prioritário nas ações governamentais, sem dúvida. Como esses existem muitos outros problemas com os quais se devem lidar, e a existência de um problema (como a miséria) não anula a existência de outro (como a extinção de espécies), tampouco justifica a omissão diante de qualquer um deles.

As pessoas que sofrem privações econômicas são as maiores vítimas da mesma lógica que condena os animais à extinção e que condenará cada vez mais as crianças das próximas gerações: a lógica da acumulação da riqueza a qualquer custo, com exploração irrestrita da natureza e o desrespeito ao próprio ser humano. Cada espécie extinta é uma perda para toda a sociedade presente e futura. Uma espécie ameaçada é sinal de alerta para uma situação geral muito mais ampla, de grande perigo para todo um sistema do qual dependem os seres vivos. (GRIFO NOSSO)

Característica Conservadora	Característica Crítica
<p>1. Baseia-se numa visão fragmentada da problemática ambiental.</p> <p><i>A falta de condição de vida adequada que vitima inúmeras crianças no Brasil é um problema gravíssimo e deve receber tratamento prioritário nas ações governamentais, sem dúvida.</i></p>	<p>3. Uma atitude crítica diante a crise civilizatória.</p> <p><i>As pessoas que sofrem privações econômicas são as maiores vítimas da mesma lógica que condena os animais à extinção e que condenará cada vez mais as crianças das próximas gerações (...)</i></p>

Fonte: Autor (2016)

**Preconceito ou falso dilema 03** - intitulado na pesquisa de “Privilégio da fauna e flora em detrimento de pessoas” – enquadrado-se no principal princípio da Educação Ambiental Conservadora, que é a tratar a questão numa “visão fragmentada da problemática ambiental”, esquecendo-se que a realidade é complexa e que todas as ações sociais e naturais estão ligadas.

Por outro lado, o contra-argumento dos PCN’s a esta questão mostrou tanto crítico quanto conservador. Crítico ao oferecer um claro argumento sobre a lógica civilizatória moderna: *“As pessoas que sofrem privações econômicas são as maiores vítimas da mesma lógica que condena os animais à extinção e que condenará cada vez mais as crianças das próximas gerações (...)*”. Porém, foi conservador ao manter a “visão fragmentada da problemática ambiental”, ao afirmar que: *“A falta de condição de vida adequada que vitima inúmeras crianças no Brasil é um problema gravíssimo e deve receber tratamento prioritário nas ações governamentais, sem dúvida”*. O que fica subtendido na afirmação dos PCN’s ao admitirem a gravidade é que deve ser tratamento prioritário nas ações governamentais, mas não temática ambiental.

Outra vez, a pesquisa de Santos, Brandão (2015) nos ajuda a exemplificar a questão quando demonstra que 100% dos alunos entrevistados reconhecem a imagem de um *animal engasgado com plástico* como um problema ambiental, ao mesmo tempo que 100% não

reconhecem uma imagem de uma criança comendo restos de alimento no lixo como parte dessa mesma problemática.

Logo, a questão trazida pelos PCN's não se caracteriza como um preconceito ou falso dilema, mas uma característica forte da abordagem ambiental conservadora.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo apresenta o resultado de um estudo sobre os “preconceitos e falsos dilemas” apresentados pelos PNC's - Meio Ambiente, visando analisá-lo dentro dos princípios conservadores ou críticos propostos por Lima (2005). Para isso, abordamos o nascedouro da problemática ambiental e, conseqüentemente, da Educação Ambiental, assim como as vertentes da Educação Ambiental Crítica e Educação Ambiental Conservadora.

Conforme apresentado, os PCN's se propõem a tratar temas que são considerados no documento “preconceitos ou falsos dilemas” dentro da temática ambiental. Ao analisar tais resultados, conseguimos enquadrar os três “preconceitos” em princípios da Educação Ambiental Conservadora e todas as argumentações dos PCN's em preconceitos da Educação Ambiental Crítica, com exceção do tema 02, em que a argumentação dos PCN's também se mostrou conservadora.

A argumentação Conservadora dos PCN's, nesta análise, diz respeito à defesa, mesmo que implícita, de que o tema socioambiental da fome é um assunto prioritário de ações governamentais, mas não defende que deve estar presente na temática ambiental como está explícito no próprio “falso dilema” que busca combater.

Esta questão é especialmente grave se levarmos em consideração, como afirmam autores da Educação Ambiental Crítica, de que a Educação Ambiental é majoritariamente conservadora. A questão fica mais grave quando comparado com resultados empíricos que mostram que a Educação Ambiental realizada não tem realizado uma abordagem socioambiental da questão como é necessária.

Outra questão bastante significativa diz respeito ao fato dos PCN's considerarem apenas “preconceitos” o que os autores consultados chamam de vertentes ideológicas sobre a temática ambiental. A redução, negação e conseqüentemente o não tratamento dessas vertentes pode ter sido justamente o que permitiu que a Educação Ambiental Conservadora fosse hegemônica, silenciando que a crise ambiental é principalmente uma crise civilizatória

que antes de tentar mudar comportamento, deve refletir o modelo de civilização e sua forma de produzir e consumir.

## ENVIRONMENTAL EDUCATION: AN ANALYSIS OF "FALSE ENVIRONMENTAL DILEMMAS" IN NATIONAL CURRICULAR PARAMETERS - PCN'S

### ABSTRACT

Environmental Education since the Stockholm Conference in 1972, is understood as the body capable of training citizens able to face environmental problems. Given this concept, the National Curricular Parameters - Environment - are proposed to guide the teaching work in this area. In order to verify the contribution made by the NCPs, this article presents the results of a study on "prejudices and false dilemmas", which is inserted in the document itself, aiming to analyze it within conservative or critical principles Of Environmental Education. For this, we use methodological contributions of Content Analysis, whose proposal is to analyze the declared discourse of social actors within the scope of the thematic, appropriating until then of the said technique that makes emerge information not always perceived before texts (written or spoken).

**Keywords:** Environmental Education. PCN's - Environment. Conservative Education. Critical Education.

### REFERÊNCIAS

ALMINO, João. **A filosofia Política do Ecologismo. In: *Contra discurso do Desenvolvimento Sustentável***. Belém: UNAMAZ, p. 21-46.2003

BARDIN, L. (2006). **Análise de Conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977)

BELLINI, Juliana Higa. **Educação ambiental crítica**.2011.Disponível em:<<http://na-beirada.blogspot.com.br/2011/07/educacao-ambiental>>. Acesso em: 03/10/2016.

BRANDÃO, A, G. **Divulgação científica**: percepções sobre meio ambiente na ciência hoje, Maceió, 2007, p. 119. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Alagoas Instituto de Geografia. Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Maceió, 2007.pdf

\_\_\_\_\_. **Ciência e Política Climáticas: uma abordagem discursiva sobre o aquecimento da Terra**. 151 fls. Dissertação (Doutorado em Ensino, Filosofia e História da Ciências). Universidade Federal da Bahia. Salvador.2013.pdf.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente. Secretaria de Ensino Fundamental**. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm)>. Acesso em 01/10/2016..



\_\_\_\_\_. **Programa Nacional das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA.** Disponível em: <<http://www.un.org/spanish/News>>. Acesso em: 04/10/2016

FERNANDES, Marcionila. **Implicações Teóricas e Práticas do Desenvolvimento Sustentável.** Recife, UFPE: 2000. 327f. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

HERCULANO, Selene Carvalho. **Do desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz. in Ecologia, Ciência e Política.** Mirian Goldemberg (org). pp; 9-48. São Paulo: REVAN, 1992.

LAYRARGUES, P. P, *et al.* **Identidades da educação ambiental brasileira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 156. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/\\_arquivos/livro\\_ieab.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/livro_ieab.pdf)>. Acesso em: 11/10/2016.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **MAPEANDO AS MACRO-TENDÊNCIAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CONTEMPORÂNEA NO BRASIL.** Ribeirão Preto: VI Encontro “Pesquisa em Educação Ambiental, p. 34. .2011.

LIMA, G.F.C.. **Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis.** *Educação e Pesquisa*, v.35, Nº.1, São Paulo, 2009. p. 145-163. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v35n1/a10v35n1.pdf>>. Acesso em: 09/10/2016.

LIMA, G. F. C. **Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória.** In: LOUREIRO, C. F. B. *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania.* São Paulo: Cortez, 2002. Disponível em: <<http://h31reuniao.anped.org.br/2poster/GT22-4916--Int.pdf>>. Acesso em: 28/10/2016.

\_\_\_\_\_. **O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável.** *Política & Trabalho*, n. 13, p. 201-222, João Pessoa: PPGS/UFPB, set. 1997. Disponível em: <[http://www.dm.ufscar.br/~salvador/homepage/pro\\_ciencias\\_2002/materialdistribuido/Educao%20Ambiental%20e%20Meio%20Ambiente/texto\\_gustavo\\_REBEA\\_Sustentabilidade.pdf](http://www.dm.ufscar.br/~salvador/homepage/pro_ciencias_2002/materialdistribuido/Educao%20Ambiental%20e%20Meio%20Ambiente/texto_gustavo_REBEA_Sustentabilidade.pdf)>. Acesso em: 10/10/2016.

LIMA. G.F.C. **Formação e Dinâmica do Campo da Educação Ambiental do Brasil: Emergência, Identidade e Desafios.** Campinas, SP: 2005. 207f. (Doutorado em Sociologia), Universidade Estadual de Campinas, 2005

LOUREIRO, C. F. B. **Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos.** *Gestão em Ação*, Salvador, v.7, n.1, jan./abr. 2004. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/cea/files/2011/12>>. Acesso em: 10/10/2016.

MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Relat.pdf>>. Acesso em: 10/10/2016.

REBOUÇAS, J.P.P. **Desafios da educação ambiental emancipatória em escolas públicas de Mossoró-RN.** Dissertação (Mestrado). UFPB. Joao Pessoa.2012.pdf.

SANTOS, R.O.G. BRANDÃO, A, G. **Educação Ambiental: A concepção de professores de Ciências do Ensino Fundamental de Araruna.** Araruna: UEPB, p. 34. .2015

UNESCO. **Década das Nações Unidas da Educação para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação.** – Brasília: UNESCO, 2005. 120p.pdf